

CLIPPING IMPRESSO

22/02/2021



INDICE

1. SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS	
1.1. JORNAL O IMPARCIAL.....	1
2. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS	
2.1. JORNAL EXTRA.....	2



Oswaldo Viviani

Por dentro da Política

● Música ao vivo liberada

O juiz Douglas de Melo Martins, titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís decidiu na madrugada desta sexta-feira (19) não renovar o prazo de despacho anterior que proibia música – ao vivo, ou mesmo som mecânico, com DJ, por exemplo – em bares, restaurantes e casas de show do estado como forma de prevenção à propagação da Covid-19.

A restrição acabou à meia-noite, passando a valer, a partir de agora, decretos estaduais ou municipais que tratam do tema. Festas com até 150 pessoas voltam a ser permitidas também.

● Listão

Em sua decisão, o magistrado também encaminhou ao Ministério Público uma lista identificando todos os 206 municípios que deixaram de cumprir determinação de detalhar a aplicação de recursos destinados ao combate à pandemia. Todos serão investigados.

BASTIDORES

Raimundo Borges
bastidores@oimparcial.com.br



Caro carimbo



Impressionante a repercussão da entrevista do deputado estadual, Yglésio Moyses (PROS), no programa Os Analistas, na TV Guará, desmistificando a questão do lucro exorbitante dos cartórios e na apuração das formas aplicadas para a cobrança e divisão do lucro para o Tribunal de Justiça, Ministério Público Estadual, Defensoria Pública e cartórios sem rendimentos que possibilitem suas manutenções, principalmente nos menores municípios.

Todos os telespectadores do programa de debates demonstraram a indignação pelo preço cobrado, a lentidão dos serviços, mesmo com a atual tecnologia, e, principalmente, o questionamento dos cartórios servirem para o enriquecimento de um leque de empresários dos carimbos quando poderiam receber somente salários como os demais servidores da justiça.

Tirando os representantes dos cartórios, nenhuma opinião veio com a aceitação para a continuidade das impostas obrigаторiedades da população que paga um dos mais altos impostos do mundo.

Evidente que tudo deve ficar como sempre foi, infelizmente amparados na Constituição. Preocupante saber quem vai apurar as denúncias das cobranças por fora das taxas que atendam as gulosas instituições de defesa dos usuários do carimbo e papel.

Será que somente sobra o solitário e corajoso parlamentar do PROS? Como fica o PROCON-MA diante dessas denúncias?